

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO  
SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	23
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	28
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	31
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	33
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.....	35
Nota 1 – Capital do Fundo.....	36
Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período.....	37
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	39
Nota 5 – Componentes do Resultado do Fundo.....	42
Nota 9 – Impostos.....	42
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro.....	44
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados.....	44
Nota 15 – Custos Imputados.....	45
Nota 16 – Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	45
Nota 17 – Factos relevantes.....	45

**I - RELATÓRIO DE GESTÃO**

## Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Obrigações Curto Prazo

### Enquadramento Macroeconómico

#### **Economia Internacional**

O ano de 2022 iniciou-se com a inflação continuada e persistente como principal tema das economias americana e europeia. Consequentemente, as políticas económicas acomodativas de taxas de juro negativas e estímulos que tinham vigorado durante a pandemia da Covid-19 davam sinais de estar prestes a terminar.

A Reserva Federal Norte-Americana (FED) esteve na vanguarda desta viragem, muito devido aos discursos do seu presidente, Jerome Powell, que não descartava subidas a cada reunião até ao final do ano. Esta retórica levou os mercados a prepararem-se para subidas de taxa de juro consecutivas, descontando já taxas de juro terminais maiores do que o previsto no decorrer do ano anterior.

Como efeito, a perspetiva de uma política monetária mais apertada levou a uma queda generalizada dos ativos de risco no primeiro trimestre, com as ações globais a terem o seu pior desempenho desde a primeira vaga da pandemia de covid-19. Pela primeira vez desde 1994, os ativos de crédito também acompanharam a tendência de queda, juntamente com os típicos ativos mais seguros como a dívida governamental e os metais preciosos.

O primeiro trimestre do ano foi também profundamente marcado pela passagem das ameaças de Putin aos atos, com a Rússia a invadir a Ucrânia na chamada “operação militar especial” no dia 24 de fevereiro. Este evento teve um impacto tremendo nos mercados globais e em todas as classes de ativos. A onda de sanções à Rússia, um dos principais fornecedores de matérias-primas, como o gás e o petróleo, e a diminuição do fornecimento de trigo pela Ucrânia, causaram pressões inflacionárias a nível global. Este período viu o petróleo Brent a subir acima dos 100\$ por barril, pela primeira vez desde 2014, o gás natural a subir mais de 15% e o trigo mais de 20% durante o mês de fevereiro.

Consequentemente, estes eventos tornaram o trabalho dos bancos centrais bastante difícil dado que, por um lado, não poderiam agir diretamente sobre um choque na oferta a este nível e, por outro, a consequência da sua inação resultaria num cenário de estagflação com o risco de uma inflação persistente a longo prazo. Este risco depressa se começou a tornar em um cenário de elevada probabilidade após o lançamento dos dados da inflação norte-americana, que atingiram um valor recorde de mais de 7,5% em fevereiro.

Na Europa, os discursos dos membros do Banco Central Europeu (BCE) também indicavam uma potencial subida agressiva das taxas de juro de referência, algo que já não se verificava há 11 anos. Esta perspetiva, adicionada à agitação geopolítica, impactou os ativos de risco pela negativa com os

declínios no mercado acionista norte-americano a atingirem os 8% anuais e no europeu os 6,9% anuais. Este trimestre produziu também a inversão da curva dos títulos de dívida pública norte-americana dos 2 e 10 anos, um claro sinal de que uma recessão estaria próxima.

Os temas do início do segundo trimestre do ano replicaram em larga medida os do primeiro. A inflação começava a atingir valores recorde tanto na Zona Euro como nos Estados Unidos, cifrando-se nos 7,5% e 8,5% respetivamente. O desconto que os mercados davam em termos da taxa de juro terminal da FED para o final do ano subia pelo nono mês consecutivo em Abril. Por outro lado, a guerra na Ucrânia continuava a pôr pressão no preço da energia com o fecho do fluxo de gás russo para a Europa do Leste.

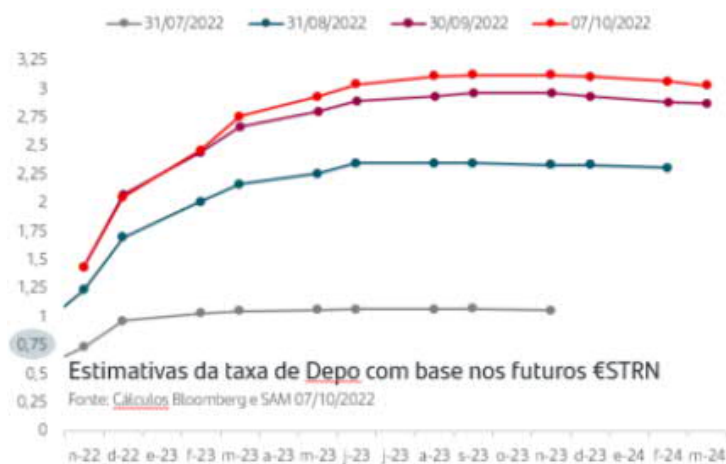
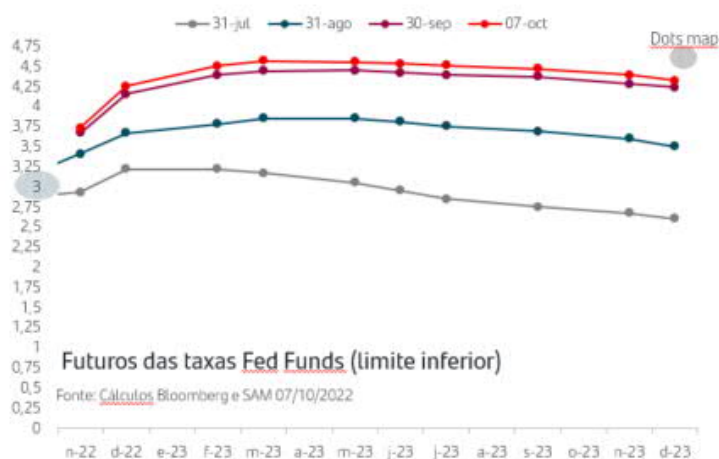
O mês seguinte continuou com as más notícias que apontavam para uma economia norte-americana mais frágil e a continuação da política de covid-zero na china. A conseguinte publicação dos dados do índice de preços de consumidor na zona euro no fim de Maio, onde foram atingidos valores acima dos 8% - a subida mais rápida da inflação desde a existência da moeda única europeia – causou, mais uma vez, quedas abruptas nos ativos risco e nos ativos de obrigações, devido ao crescente medo de que os aumentos das taxas de juro para combater a inflação iriam enviar as economias desenvolvidas para uma recessão. Inclusive, o S&P500 começou a entrar em níveis de *bear market*.

Em meados do ano, com os esforços da união europeia e Turquia, foram alcançados acordos entre a Rússia e a Ucrânia para a distribuição do trigo ucraniano através de um corredor no mar negro, o que aligeirou a pressão no preço de várias matérias-primas tais como o petróleo, ferro, cobre e trigo. É aqui que surge, pela primeira vez, a ideia do pivot, a viragem para políticas económicas mais suaves, onde os investidores acreditavam que, o abrandamento do crescimento económico e a possibilidade de se ter atingido o pico da inflação, iria fazer com que os Bancos Centrais fossem menos agressivos nos seus próximos aumentos de taxa. Devido a esta premissa, os mercados começavam a descontar, tanto uma redução nas expectativas de inflação, como uma taxa terminal menor no final do ano. Inclusive, os mercados começaram até a prever uma descida nas taxas de juro até ao final de 2022. Esta ideia levou a uma recuperação nos ativos de dívida empresarial e pública e um salto nas ações, com os índices do NASDAQ, S&P500 e Stoxx 600 a registarem subidas acima dos 8% em Julho.

Do lado Europeu, a maior preocupação continuava a ser os abastecimentos de gás e as possíveis consequências das manobras geopolíticas em torno das supostas reparações do pipeline Nord Stream 1. Apesar do gás ter começado a fluir durante duas semanas após a primeira paragem, atuava apenas a 20% de capacidade. Com isto em mente, os estados da união europeia alcançaram acordos para a redução de emergência nos consumos de gás para o inverno, o que fez disparar os futuros deste recurso natural acima dos 28% em Julho após uma subida de 50% no mês anterior. Neste período, também foi encetado o convite formal da NATO para a Suécia e a Finlândia, com fronteiras com a Rússia a juntarem-se à aliança atlântica. Durante este período, o BCE também encetou o primeiro aumento de taxas de juro em 11 anos, subindo em 0,50%, levando a taxa diretora a 0% e a taxa de refinanciamento a 0,5%. Conjuntamente, anunciou aos mercados que iria reavaliar os aumentos com

base em cada reunião, e uma nova ferramenta de apoio, o Instrumento de Proteção de Transmissão (IPT) que permitiria ao BCE intervir para impedir um aumento desproporcionado das taxas de juro de alguns países, o que traria algum alívio aos mercados periféricos.

A primeira metade de agosto parecia confirmar as ideias dos investidores em relação ao pivot com os dados de inflação norte-americanos a estar abaixo do estimado pelos mercados, indicando que o pico da inflação já havia passado. Adicionalmente, o número de empregos que excederam, pela primeira vez, os máximos pré-pandemia também trouxeram esperanças redobradas, causando de novo uma forte recuperação nos mercados acionistas e dívida pública e empresarial.



Não obstante, esta recuperação cedo se tornou numa correção expressiva após o seminário da Reserva Federal dos Estados Unidos em Jackson Hole. Neste evento, Jerome Powell apresentou uma visão bastante mais agressiva sobre a luta contra a inflação, indicando que seria provável que as políticas restritivas se mantivessem durante muito mais tempo. O presidente da reserva federal chegou mesmo a indicar, mais tarde, que o desemprego seria menos doloroso para a economia do que uma inflação elevada persistente.

Na Europa, um recorde nos números da inflação situada nos 9,1%, conjuntamente com o discurso mais restritivo do Banco Central Europeu, levava os mercados a descontar uma subida de 75 pontos base na reunião

de setembro, com aumentos consecutivos nas três últimas reuniões do ano, levando o índice de dívida IBOXX a registar as maiores perdas desde a sua origem. As preocupações amontoavam-se com os preços da energia, com aumentos de cerca de 59% na Alemanha, o que representava um preço de €576 Megawatt-hora. A mudança nas perspetivas significou um aumento nas Yields de dívida pública europeia em valores há muito tempo não vistos, pondo ainda mais pressão neste tipo de ativos.

O 3º trimestre foi palco da demissão de Boris Johnson e a consequente eleição pelo partido conservador de Elizabeth Truss como nova primeira-ministra do Reino Unido, que apresentou um mini-orçamento assente em cortes de impostos suportados em dívida. Este evento deu lugar a uma

turbulência nos mercados, causando a queda da Libra para mínimos históricos vs o dólar americano e um declínio nos títulos de dívida britânica de 8,8%, acumulando perdas anuais acima dos 26%.

Em termos das reuniões dos bancos centrais, setembro viu o BCE aumentar as taxas de juro em 0,75% para uma taxa diretora de 1,25%. Neste momento, os mercados esperavam já uma taxa terminal de 3%, a mais elevada nos últimos 10 anos. Este facto fez-se sentir tanto nas ações, onde o STOXX 600 perdeu mais de 6% em setembro, como nas obrigações - tanto privadas como de governos - que diminuíram cerca de 4%. Por seu lado a FED continuou a sua política de remoção de estímulos com a terceira subida consecutiva da taxa de juros em 0,75%, fixando a taxa efetiva em 3,25%. Os mercados, por sua vez, reajustaram as expectativas de taxa terminal para os 4,6% até ao final de 2023. A preocupação dos investidores com a continuação das políticas de remoção de estímulos nos Estados Unidos, causou elevados níveis de volatilidade, com o S&P500 a cair mais de 5%, acompanhados de um aumento das *yields* a 10 anos acima dos 4% pela primeira vez desde 2010. O dólar continuou a valorizar, causando pressão também nos mercados emergentes.

A inflação continuou a não mostrar sinais de abrandamento durante este período com as estimativas da zona euro do final do trimestre a atingirem um valor acima dos 10%, devido ao choque energético. A pressão dos custos da energia levou os governos a adotar políticas orçamentais. Em setembro, várias explosões nos gasodutos do Nord Stream 1 e 2, que mais tarde se viriam a provar terem sido uma sabotagem propositada, aumentavam as tensões entre a Rússia, União Europeia e a NATO. Com uma subida trimestral de 30,6% no gás, a Alemanha anunciou um apoio de €200 mil milhões para limitar o preço máximo deste recurso natural.

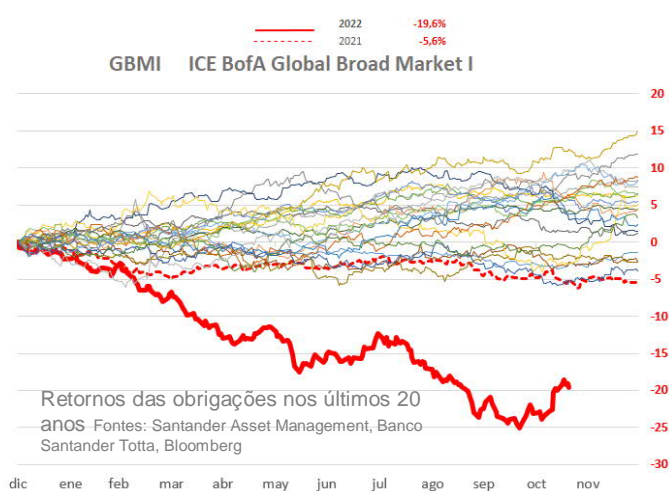
O último trimestre foi bastante volátil e repleto de desenvolvimentos macroeconómicos. No mês de outubro, o declínio de preços de gás natural na Europa devido ao tempo mais quente do que o habitual no continente, facto que resultaria numa menor procura por aquecimento e consequente manutenção das reservas, fez com que os mercados voltassem a acreditar que o pivot dos vários bancos centrais. No Reino Unido, a tempestade nos mercados causada pelo mini-orçamento de Liz Truss dava sinais de estar ultrapassada com a sua demissão e a eleição interna de Rishi Sunak como novo primeiro-ministro. O consequente anúncio de que as medidas previamente anunciadas iriam ser revertidas, aliado a redução do tempo dos apoios energéticos de dois anos para seis meses, levou a uma recuperação no preço da dívida pública britânica. Outro desenvolvimento político de relevo foi as eleições intercalares nos Estados Unidos, que de certo modo surpreenderam com os democratas a ganharem o Senado por 1 lugar e os republicanos a obterem a maioria da Câmara dos Representantes, mas com uma diferença bastante reduzida, o que poderia levar a empates técnicos nas reformas mais estruturais que, por sua vez, poderiam levar a impactos económicos, tal como o teto da dívida.

Outro fator que levou à esperança do pivot foi o aumento de apenas 25 pontos base da taxa diretora pelo Banco Central Australiano ao invés dos 50 esperados. Esta especulação em torno de uma

viragem das políticas monetárias levou à melhor performance do S&P500 desde Abril e à queda das *yields* das obrigações pela primeira vez desde a primeira metade de agosto.

Contudo, tal como nos meses anteriores, as esperanças de uma viragem nas políticas económicas foram abafadas pelos discursos dos membros da Reserva Federal Norte-americana e, mais tarde, pelos dados da inflação acima do esperado nos Estados Unidos, onde chegou aos 8,2%. Nesta altura, ficou cimentada a expectativa de mais uma subida de 75bps na taxa de juro norte-americana durante a reunião de Novembro, levando o mercado de futuros a descontar uma taxa terminal de 5% pela primeira vez no ano.

Não obstante, mais tarde durante outubro surge uma nova esperança nos mercados após um artigo no Wall Street Journal indiciar estar a ser discutido o modo e os meios para aprovar uma subida menor em dezembro, apesar do aumento de novembro de 0,75% nas taxas de juro dos Estados Unidos estar praticamente garantido. Estas esperanças foram também ecoadas do outro lado do atlântico pelos comentários de tom mais suave na conferência de imprensa do Banco Central Europeu.



No final do mês os resultados aquém do esperado das empresas tecnológicas dos Estados Unidos (Amazon, Alphabet e Meta) causaram quedas pronunciadas nestes ativos e nos índices agregados. Outro fator negativo resultou da publicação da criação de 239.000 novos empregos nos Estados Unidos, bastante acima dos 161.000 esperados pelos mercados, causando nova subida das *yields* nos últimos dois dias do mês. A este tom negativo juntou-se a divulgação flash dos dados de inflação na zona euro que atingiram um estonteante valor de 10,7%, fazendo com a pivot trade perdesse força.

O mês seguinte foi o mais positivo para os mercados em 2022 devido a vários dados que mostravam finalmente que o pico da inflação já teria passado. Os dados relativos ao mês de outubro nos Estados Unidos, conhecidos a 10 de novembro, mostravam uma inflação nos 7,7%, abaixo dos 7,9% esperados pelos investidores. Na Zona Euro, os números também surpreenderam pela positiva com 10,6% abaixo dos 10,7% esperado pelos economistas. Estes acontecimentos levaram os mercados a acreditar cada vez mais numa redução do ritmo de subidas de taxa de juro. Devido a esta onda de positivismo, os índices acionistas americanos e europeus tiveram subidas apenas vistas antes de Abril de 2020. Entre outubro e novembro, os ganhos acumulados do S&P500 chegaram aos 14% e do Stoxx 600 aos 13,9%. Os mercados de dívida pública repercutiram este positivismo, tendo as *yields* a 2 anos das obrigações americanas a maior queda desde 2008, e os preços das obrigações a 10 anos subido 1,2%. Na Europa, a maior performance foi alcançada pelas *gilts* depois da estabilização das



políticas orçamentais britânicas situando-se nos 4,7%, seguida de 2,6% na zona euro. Nos mercados de obrigações empresariais *Investment Grade* houve subidas de 2,9% nas empresas europeias e 3,6% nas norte-americanas. As obrigações *High Yield* também viram subidas de 5,3% nos Estados Unidos e europa.

No final do mês, o discurso do presidente da Reserva Federal Norte-americana, Jerome Powell, deu claros sinais de que haveria um abrandamento dos aumentos das taxas de juro devido aos dados mais recentes. Estes sinais tiveram um eco nos dados flash da inflação na Zona Euro onde se havia atingido os 10%, abaixo dos 10,7% esperados pelos mercados, contribuindo para o tom positivo.

Do lado dos mercados emergentes, os comentários pelas autoridades chinesas acerca do aumento das taxas de vacinação na população idosa e a diminuição do período de quarentena deram esperanças aos investidores sobre a possibilidade do relaxamento da política de Covid-zero o que levou o Shanghai Composite subir 8,9% e o Hang Seng disparar mais de 26,8%.

O mês de dezembro começou novamente com tom positivo devido aos ganhos dos meses anteriores. Esperava-se que a o efeito sazonal do natal conseguisse reduzir as perdas anuais durante o ano. Os investidores focaram-se nestes números e conduziram as *yields* da dívida pública americana a um declínio na primeira metade do mês, efeito que contagiou os títulos de dívidas de outros governos.

Reforçando esta ideia, o discurso do presidente da FED perante a Câmara de Representantes foi muito mais brando que o habitual e do que era esperado. Contudo, Jerome Powell não deixou de reforçar que, apesar do abrandamento, era provável que os aumentos durassem mais tempo e a taxa terminal fosse mais alta que o inicialmente previsto. Isto devido aos fortes números de emprego do país (263.000) e ao aumento da remuneração por hora, demonstrativos de uma economia resiliente que poderia impedir uma luta à inflação persistente.

	2021	2022e
PIB EUA	5,90%	1,90%
Inflação EUA	4,70%	8,10%
PIB Zona Euro	5,30%	3,30%
Inflação Zona Euro	2,60%	8,50%
PIB Portugal	5,40%	6,40%
PIB Espanha	5,50%	4,60%
PIB China	8,10%	3,20%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

No final do mês, a redução dos preços do petróleo e a estabilização do preço da habitação e bens alimentares nos Estados Unidos reforçaram ainda mais a tese de que já se tinha atingido o pico da inflação, sinal de que a política monetária dos bancos centrais iria finalmente abrandar. No entanto, tal como foi comum ao longo do ano, a maioria dos investidores apenas se concentrou nas partes positivas dos discursos anteriores e dos dados económicos, escolhendo não se focar nos números que apontavam para um mercado de trabalho robusto e dos avisos de que a taxa terminal seria maior e os aumentos mais prolongados que anteriormente

antecipado. Nas últimas reuniões do ano, os bancos centrais norte-americano e europeu, cumpriram as expetativas ao aumentar a taxa diretora em 0,5%, elevando a taxa federal americana entre os

4,25% e 4,50% e as taxas europeias a 2,5% e dos depósitos a 2%. Não obstante, os discursos dos presidentes em ambos os lados do atlântico apresentaram uma conotação muito mais restritiva do que antecipado pelos mercados depois de uma descida menos pronunciada das taxas de juro. Do lado americano, o foco manteve-se no forte mercado de emprego. Pela primeira vez, os membros da reserva federal apresentaram-se muito mais unidos na previsão da taxa final de 5%, com alguns membros a apresentarem uma taxa já acima desse valor.

Do lado Europeu, a presidente do Banco Central, Christine Lagarde, foi ainda mais longe na negatividade do seu discurso do que o seu homólogo americano, indicando não só o aumento das previsões de inflação para 2023, mas também das taxas de juro terminais acima das expectativas nos 3,5%. Indicou também que se iria dar início ao programa de *quantitative tightening*, primeiro com paragem de compra de dívida pública, depois com a redução da quantidade de dívida pública no balanço do Banco Central. Estas más notícias fizeram os economistas reforçar os medos de que estas políticas iriam causar uma recessão e que os bancos centrais não conseguissem fazer o chamado *soft landing*, ou seja a redução da inflação para os níveis alvo de 2% apenas com fraco ou nenhum crescimento económico ao invés de uma recessão. Estes receios levaram os mercados americano e europeu a perder alguns dos ganhos dos meses anteriores, com o S&P500 com perdas na ordem dos 4%, reação que foi acompanhada de forma menos pronunciada nos mercados de dívida pública e privada dos Estados Unidos. Na europa, a dívida pública perdeu cerca de 4% e o Stoxx 600 teve percas acima dos 3%.

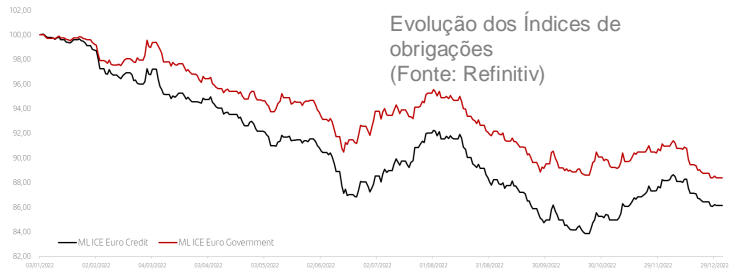
No final do ano, para concluir a ronda de mensagens negativas, o Banco do Japão anunciou inesperadamente a mudança da sua política de controlo da curva das *yields*, com os 10 anos a poderem subir 0,5% tendo sido limitados a 0,25% anteriormente. Esta notícia causou uma onda de vendas massificadas dos ativos de obrigações americanas e europeias por parte do banco central do japão para compra de ativos japoneses, o que levou as *yields* alemãs a 10 anos a subirem 0,101%.

Em suma, o ano de 2022 acabou por ser um período onde vários eventos macroeconómicos e geopolíticos juntaram-se para criar a tempestade perfeita.

A guerra na Ucrânia e a consequente onda de sanções à Rússia, expôs a dependência do gás e do petróleo deste país por parte da Europa, o que fez disparar os preços das matérias-primas, dando lugar à inflação galopante em vários países.

A isto aliou-se a abertura das

economias e apoios governamentais no pós-covid, o que aumentou a procura em níveis que as



cadeias de fornecimento não estavam preparadas para suprir. Finalmente, juntaram-se as consequentes ações de aumentos de taxas de juro a um ritmo extremamente rápido por parte dos bancos centrais para combater a inflação, que se arriscam a criar uma recessão global no próximo ano.

Em conjunto, estes eventos provocaram o pior ano para ações desde a crise financeira de 2008 com os principais índices americanos como o S&P500 e o Nasdaq a perderem 18,1% e 32,5% respetivamente. Do lado europeu, o Stoxx600 conseguiu amparar melhor as perdas melhor acabando em 9,9%. Contudo, o ano acabou por ser um desastre para o mercado dos chamados ativos de menos risco como dívida pública e privada. As perdas nos principais índices de dívida privada e pública chegaram a um valor médio de 20%. A queda conjunta de ações e obrigações apenas havia acontecido três vezes na história dos mercados: em 1974, 1984 e 1994. Não obstante, nunca o mercado obrigacionista global havia tido quedas tão pronunciadas num único ano. A ação dos Bancos Centrais, após ter originado o pior ano de performance obrigações de sempre com a normalização de política monetária, continuará a concentrar o foco dos investidores no início de 2023.

### **Economia Portuguesa**

A economia portuguesa, de certa forma, isolada do choque energético devido à utilização extensiva de energias renováveis e localização periférica, conseguiu crescer 6,8% em 2022. O sucesso das políticas de vacinação e a abertura do país permitiram um aumento do turismo e do consumo a níveis pré-pandémicos. Contudo, apesar do estímulo do primeiro trimestre, o crescimento do país abrandou nos três trimestres seguintes. Este abrandamento derivou em grande parte dos choques geopolíticos e financeiros que assolaram o resto do mundo, originados pela invasão da Ucrânia, o aumento da inflação e das taxas de juro. Apesar disso, o fulgor do mercado de trabalho, com os empregos a crescerem 2,3%, os apoios governamentais, e a poupança durante o período de quarentena na pandemia, permitiram atenuar os efeitos negativos dos mesmos, com o consumo a aumentar mesmo 5,9% face ao ano anterior.

O país também sofreu das pressões inflacionistas que se abateram sobre o resto do mundo, com a inflação a chegar aos 8,1% durante o ano. Estes aumentos levaram o governo de António Costa a tentar mitigar estes efeitos, traduzindo-se no cheque de 125€ atribuído a toda a população em outubro. Este contexto inflacionista refletiu-se num investimento situado apenas nos 1,3%, uma redução face ao período homólogo anterior.

Devido à abertura das fronteiras e o crescimento exponencial do turismo no período pós-pandemia, as exportações cresceram 17,7%, levando a balança corrente e de capital a demonstrar um défice de 0,6% do PIB português. O principal índice acionista português, o psi-20, foi um dos grandes vencedores de 2022, subindo cerca de 2,5% durante o ano, muito por culpa do peso das energéticas portuguesas, que conseguiram resultados bastante robustos durante o ano.

No final do ano, a estabilidade governamental esperada pela maioria absoluta do governo do Partido Socialista começou a ser posta em causa pelos vários casos mediáticos envolvendo membros do corpo governativo que resultaram nas demissões do ministro das infraestruturas, Pedro Nuno Santos, e da secretária de estado do tesouro, Alexandra Reis, terminando com a moção de censura proposta pela Iniciativa Liberal. Apesar de não se esperar uma queda do governo, este desenvolvimento pode pôr em causa as metas orçamentais, podendo inclusive ter um impacto negativo no crescimento económico previsto pelo Banco de Portugal, que se situa nos 1,5%.

As preocupações principais do país vão, tal como no resto do mundo, centrar-se na gestão das políticas monetárias restritivas por parte do banco central europeu e na mitigação de uma possível recessão, esperada para o resto da europa e dos Estados Unidos.

### **Política de investimento**

O mercado de obrigações europeu iniciou o ano com baixas rentabilidades, tanto por parte das taxas de juro como dos *spreads* de crédito, mas a guerra na Ucrânia, a inflação e o aumento das taxas de juro pelos Bancos Centrais levaram a grandes valorizações no mercado e a uma volatilidade extrema. Devido a esta subida de rentabilidade, os preços dos ativos sofreram durante o ano, mas, por outro lado, as rentabilidades nas quais a gestão reinveste são mais atrativas.

O fundo Santander Obrigações Curto Prazo é um fundo com uma política de investimento conservadora, uma vez que mais de 50% da carteira deve estar investida em prazos inferiores a um ano. Esta parte da carteira é maioritariamente constituída por obrigações de empresas de taxa fixa (42%), contudo, ao longo do ano a gestão foi adicionando dívida soberana de Portugal, Itália, Espanha e Alemanha, devido à maior rentabilidade e liquidez que oferecem, até aos atuais 8,2%. Há também em carteira títulos corporativos de taxa variável (6,2%). No início do ano, 7,6% da carteira estava investida em papel comercial, esta alocação continuou a aumentar até que, a partir de fevereiro, os mercados de obrigações começaram a apresentar rentabilidades mais atrativas, e o papel comercial deixou de oferecer níveis de rentabilidade atrativos. No final do ano o fundo não tinha exposição a papel comercial.

No que respeita à componente com maturidade superior a 2 anos (que deve ser superior a 20% da carteira), esta era ao final do ano constituída, principalmente, por obrigações de crédito de taxa fixa (15,6%), mas também por obrigações de empresas de taxa variável (7,4%). Sendo esta componente a que proporciona uma maior volatilidade face ao abrandamento da economia, a gestão tem vindo a optar por ativos de maior qualidade (agências, obrigações, setor financeiro...).

A restante carteira também é composta principalmente por ativos de crédito de taxa fixa.

Todos os ativos são denominados em Euros, pelo que não existe risco cambial.

A *duration* do fundo começou o ano perto dos 10 meses, foi subindo até 1 ano em junho e posteriormente foi diminuindo até manter uma *duration* de cerca de 9 meses durante o último trimestre do ano. A maturidade média dos ativos seguiu um movimento semelhante: iniciou o ano em 1,05 anos e subiu para 1,30 anos em maio, momento no qual começou a diminuir e mantendo-se em níveis perto de 1,08 anos, durante o último trimestre.

Nas atuais circunstâncias, nas quais se espera que os Bancos Centrais continuem a subir as taxas para combater a inflação, a gestão irá continuar com a atual gestão, diversificando entre ativos fixos e variáveis, crédito e governo, e sendo prudentes principalmente na compra de ativos com mais de 2 anos, que são os que proporcionam uma maior volatilidade.

### **Informações Relativas ao Regulamento (UE) 2019/2088**

Os investimentos do OIC podem estar sujeitos a riscos de sustentabilidade que incluem riscos ambientais, sociais e de melhores práticas de governo. Estes riscos podem ter impacto no investimento tal como risco de mercado, risco operacional ou ainda risco legal.

Os riscos de sustentabilidade dos OIC que não seguem critérios “ASG” podem ter um impacto material (como riscos financeiros) no valor dos seus investimentos a médio e longo prazo. Estes riscos podem chegar a reduzir os benefícios, o capital disponível e importar alteração de preço dos ativos ou respetiva falta de pagamento, que podem gerar um impacto no crédito, liquidez e riscos de financiamento (funding).

A entidade gestora dispõe de ferramentas e procedimentos para a integração dos riscos de sustentabilidade nos processos de investimento.

A entidade gestora considera os principais impactos adversos das suas decisões de investimento nos fatores de sustentabilidade (fatores “ASG”), de acordo com uma metodologia e indicadores próprios. Os investimentos que integram a carteira do Fundo não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Mais informação a propósito de matérias ASG (Ambientais, Sociais e de melhores práticas de Governo) pode ser consultada em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>

### **Evolução das Unidades de Participação**

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 10 anos foi a seguinte:

**Classe A**

<b>Ano</b>	<b>Número de Unidades de Participação</b>	<b>Valor da Unidade de Participação (€)</b>
2013	18 043 548	11,2749
2014	12 795 848	11,1860
2015	10 549 615	11,2346
2016	17 009 171	11,2581
2017	23 278 425	11,2814
2018	13 275 857	11,1748
2019	9 618 997	11,2363
2020	8 367 151	11,2547
2021	7 077 896	11,2090
2022	8 227 312	10,9936

**Classe C**

<b>Ano</b>	<b>Número de Unidades de Participação</b>	<b>Valor da Unidade de Participação (€)</b>
2018	4 029 614	4,9674
2019	4 452 329	5,0056
2020	7 975 277	5,0248
2021	7 433 569	5,0154
2022	6 369 515	4,9298

**Performance**

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos 10 anos foi a seguinte:

**Classe A**

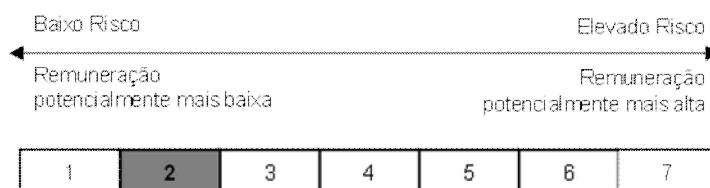
<b>Ano</b>	<b>Rendibilidade</b>	<b>Risco</b>	<b>Classe de Risco</b>
2013	1,45%	0,65%	2
2014	-0,79%	1,50%	2
2015	0,44%	0,18%	1
2016	0,20%	0,24%	1
2017	0,21%	0,74%	2
2018	-0,95%	0,69%	2
2019	0,55%	0,22%	2
2020	0,16%	1,23%	2
2021	-0,41%	0,58%	2
2022	-1,92%	0,71%	2

**Classe C**

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2019	0,77%	0,61%	2
2020	0,38%	1,23%	2
2021	-0,19%	0,67%	2
2022	-1,71%	0,73%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Nota:

- Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) Nº 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 2 nas classes A e C, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site CMVM.

**Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes**

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo, nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas.
- De referir que foram criadas duas categorias de unidades de participação sendo, que para as unidades de participação – categoria A a comissão de gestão prevista para 2018 seria de 1,29%, contudo no decorrer de 2018 foi considerado manter a taxa aplicada nos últimos anos de 0,30% e, para as unidades de participação – categoria C a comissão de gestão é de 0,09%.
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de agosto de 2020.

**Custos e Proveitos**

Descrição	2022-12-31	2021-12-31	Variação	
			Absoluta	Relativa
<b>Proveitos</b>				
Juros e Proveitos Equiparados	1 468 753	1 843 914	-375 161	-20%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	2 156 000	1 858 476	297 524	16%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	1 916	241	1 675	695%
<b>Total</b>	<b>3 626 669</b>	<b>3 702 631</b>	<b>-75 962</b>	<b>-2%</b>
<b>Custos</b>				
Juros e Custos Equiparados	273 082	525 461	-252 379	-48%
Comissões e Taxas	357 498	397 495	-39 997	-10%
Comissão de gestão	268 671	299 233	-30 562	-10%
Comissão de depósito	39 838	44 573	-4 735	-11%
Outras comissões e taxas	48 989	53 689	-4 700	-9%
Perdas em Operações Financeiras	4 981 596	3 119 445	1 862 151	60%
Impostos	70 746	77 672	-6 926	-9%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	2 421	2 612	-191	-7%
<b>Total</b>	<b>5 685 343</b>	<b>4 122 685</b>	<b>1 562 658</b>	<b>38%</b>
<b>Resultado do Fundo</b>	<b>-2 058 674</b>	<b>-420 054</b>	<b>-1 638 620</b>	<b>390%</b>

**Demonstração do Patrimônio**

Descrição	2022-12-31	2021-12-31
Valores mobiliários	117 337 052	105 669 726
Saldos bancários	3 845 498	10 389 349
Outros ativos	720 782	616 720
<b>Total dos ativos</b>	<b>121 903 332</b>	<b>116 675 795</b>
Passivo	55 260	57 514
<b>Valor Líquido do OIC</b>	<b>121 848 072</b>	<b>116 618 281</b>

**Evolução dos ativos sob gestão**

Descrição	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	118 057 422	96,85%	106 284 535	91,09%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	118 057 422	96,85%	106 284 535	91,09%
Títulos de dívida pública	14 971 511	12,28%	5 707 783	4,89%
Outros fundos públicos e equiparados	-	0,00%	1 207 623	1,04%
Obrigações diversas	103 085 910	84,56%	90 469 128	77,54%
Papel comercial	-	0,00%	8 900 000	7,63%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	-	0,00%	-	0,00%
Obrigações diversas	-	0,00%	-	0,00%
<b>Total do ativo</b>	<b>121 903 332</b>	<b>96,85%</b>	<b>116 675 795</b>	<b>91,09%</b>

**Valorimetria**

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que



integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

## **1. VALORES MOBILIÁRIOS**

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

## **FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS**

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

## **TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)**

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflète o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM

melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriado, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com

títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

## **2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO**

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

## **3. INSTRUMENTOS DERIVADOS**

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora;

- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

#### **4. CÂMBIOS**

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

#### **Remunerações Atribuídas**

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2022, aos seus 28 (vinte e oito) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

- i A título de remunerações fixas: 1 209 997 €, e,
- ii A título de remunerações variáveis: 256 860 €.

#### **Montante Agregado de Remunerações**

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (2 colaboradores): 184 111 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 81 566 €;
- Restantes colaboradores (25 colaboradores): 1 201 179 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o ano de 2022 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

As remunerações variáveis correspondem a estimativas aproximadas.

#### **Política de Voto**

No âmbito das suas atividades, a SAM SGOIC tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management (SAM Investment Holdings S.L.) dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo, aprovada em Dezembro de 2020 (disponível na página da internet da Santander Asset Management Global - Sección Sostenibilidad). A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política, aplicável ao nível local (que pode ser consultada na página web institucional da sociedade em [www.santander.pt](http://www.santander.pt))

Esta Política, aprovada em maio de 2022, estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em Assembleias Gerais de Acionistas de Sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos voluntários que promovem as melhores práticas e é consistente com os objetivos respetivos de cada veículo.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação “ASG” de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

### **Principais números em 2022**

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em [www.santander.pt/pdfs/investor-relations/santander-asset-management-sgoic/politicas-sam-sgoic/politica-voto-sgoic/Relatorio-Exec\\_DireitoVoto\\_SAM\\_2022.pdf](http://www.santander.pt/pdfs/investor-relations/santander-asset-management-sgoic/politicas-sam-sgoic/politica-voto-sgoic/Relatorio-Exec_DireitoVoto_SAM_2022.pdf)) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

### **Identificação e justificação de desvios**

Durante o exercício de 2022, no caso do fundo Santander Obrigações Curto Prazo, as posições em ações cotadas não cumpriram com os critérios qualitativos e quantitativos estabelecidos na política de voto da Santander Asset Management, SGOIC e portanto, o fundo não exerceu direitos de voto em nenhuma Assembleia Geral de Acionistas realizada em 2022.

### **Erros de valorização**

No exercício económico findo a 31 de dezembro de 2022 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

## **Factos Relevantes**

### **1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia**

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções impostas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer de 2022, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 425 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu eliminou a sua política de juro negativo com uma subida de 250 pontos base.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se no pior ano de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. No decorrer de 2022 o pico de inflação nos EUA e Europa parecem ter sido alcançados, no entanto, a resiliência dos mercados laborais continua a traduzir-se numa retórica restritiva por parte dos Bancos Centrais, receosos de uma segunda vaga de subida de preços, o que deverá manter a aversão ao risco na primeira metade de 2023.

### **2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022**

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

### **3) Reconsideração da Continuidade**

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

## **Eventos Subsequentes**

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (31 de dezembro de 2022) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 31 de janeiro de 2023

**II - RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações de Curto Prazo** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 121 903 332 euros e um total de capital do Fundo de 121 848 072 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2 058 674 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações de Curto Prazo**, em 31 de dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos



geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas

significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo**

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;

- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 9 de fevereiro de 2023



João Guilherme Melo de Oliveira  
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),  
em representação de BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER  
OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2022**



(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2022-12-31

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2022-12-31	2021-12-31	Código		2022-12-31	2021-12-31
	<b>Operações Cambiais</b>				<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>				<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Cotações</b>				<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<b>Compromissos de Terceiros</b>				<b>Compromissos Com Terceiros</b>		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO  
ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Obrigações Curto Prazo

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 2022-12-31

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2022-12-31	2021-12-31	Código		2022-12-31	2021-12-31
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	273 082	525 461	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 467 116	1 843 914
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	1 637	
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	2 215	3 033		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	355 219	394 462	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais	64		829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	4 981 596	3 119 445	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	2 156 000	1 858 476
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	70 746	77 672	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1 883	
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>3 626 636</u>	<u>3 702 390</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 421	2 436	89	<b>Outros Proveitos e Ganhos das SIM</b>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>5 685 343</u>	<u>4 122 510</u>		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
79	<b>Outros Custos e Perdas das SIM</b>				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>			881	Recuperação de Incobráveis		
781	Valores Incobráveis			882	Ganhos Extraordinários		
782	Perdas Extraordinárias			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	33	241
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		175		<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>33</u>	<u>241</u>
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>		<u>175</u>				
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período</b>			66	<b>Resultado Líquido do Período</b>	<u>2 058 674</u>	<u>420 055</u>
	<b>TOTAL</b>	<u>5 685 343</u>	<u>4 122 685</u>		<b>TOTAL</b>	<u>5 685 343</u>	<u>4 122 685</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(1 360 695)	579 911	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	33	66
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(64)		B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(1 987 928)	(342 383)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(2 058 707)	(420 121)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(2 058 674)	(420 055)

Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022



**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO  
MOBILIÁRIO ABERTO - SANTANDER OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO REFERENTE  
AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-12-2022	31-12-2021
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>		
RECEBIMENTOS:	37 411 613	28 483 678
Subscrições de unidades de participação	37 411 613	27 514 629
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
Out.Recebs./Unid.OIC		969 049
PAGAMENTOS:	(30 123 147)	(52 682 644)
Resgates de unidades de participação	(30 123 147)	(52 682 644)
Rendimentos pagos aos participantes		
<b>Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC</b>	<b>7 288 466</b>	<b>(24 198 966)</b>
<b>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS</b>		
RECEBIMENTOS:	103 606 597	149 740 784
Venda de títulos e outros ativos da carteira	34 769 021	52 364 637
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	67 476 020	95 351 000
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos	1 361 555	2 025 064
Outros recebimentos relacionados com a carteira		84
PAGAMENTOS:	(117 040 491)	(133 577 652)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(106 292 610)	(90 089 590)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros ativos	(10 443 554)	(42 930 657)
Juros e custos similares pagos	(269 250)	(522 717)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		(123)
Outras taxas e comissões	(35 077)	(34 566)
<b>Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos</b>	<b>(13 433 894)</b>	<b>16 163 132</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>		
RECEBIMENTOS:	0	0
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	(64)	0
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros	(64)	
<b>Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas</b>	<b>(64)</b>	<b>0</b>
<b>OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE</b>		
RECEBIMENTOS:	1 720	47
Juros de depósitos bancários	1 637	
Outros recebimentos correntes	83	47
PAGAMENTOS:	(400 111)	(452 459)
Juros Disp./Emprst.	(2 329)	(4 167)
Comissão de gestão	(278 234)	(314 325)
Comissão de depósito	(41 245)	(47 108)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(74 348)	(84 432)
Outros pagamentos correntes	(3 954)	(2 427)
<b>Fluxo das Operações de Gestão Corrente</b>	<b>(398 391)</b>	<b>(452 412)</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>		
RECEBIMENTOS:	33	170
Outros recebimentos de operações eventuais	33	170
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
<b>Fluxo das Operações Eventuais</b>	<b>33</b>	<b>170</b>
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	<b>(6 543 850)</b>	<b>(8 488 075)</b>
Disponibilidades no Início do Período:	<b>10 389 349</b>	<b>18 877 424</b>
Disponibilidades no Fim do Período:	<b>3 845 498</b>	<b>10 389 349</b>

**VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2022**

**VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

**Nota 1 – Capital do Fundo**

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2021	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2022
		Categoria A	Categoria C	Categoria A	Categoria C				
Valor base	72 471 683	13 560 635	7 527 904	(7 827 462)	(12 848 174)	-	-	-	72 884 586
Diferença p/Valor Base	(166 519 651)	16 419 178	(96 104)	(9 550 866)	103 355	-	-	-	(159 644 089)
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	211 086 304	-	-	-	-	-	(420 055)	-	210 666 249
Resultados do período	(420 055)	-	-	-	-	-	420 055	(2 058 674)	(2 058 674)
<b>Total</b>	<b>116 618 281</b>	<b>29 979 813</b>	<b>7 431 800</b>	<b>(17 378 328)</b>	<b>(12 744 819)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2 058 674)</b>	<b>121 848 072</b>
Nº de Unidades participação									
Categoria A	7 077 896	2 718 706	-	(1 569 290)	-	-	-	-	8 227 312
Categoria B	7 433 569	-	1 505 581	-	(2 569 635)	-	-	-	6 369 515
Valor Unidades participação									
Categoria A	11,2090	11,0272	-	11,0740	-	-	-	-	10,9936
Categoria B	5,0154	-	4,9362	-	4,9598	-	-	-	4,9298

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes	
	Categoria A	Categoria C
Ups >= 25%	-	-
10% <= Ups < 25%	-	3
5% <= Ups < 10%	-	-
2% <= Ups < 5%	3	1
0.5% <= Ups < 2%	12	20
Ups < 0.5%	28 769	209
<b>TOTAL</b>	<b>28 784</b>	<b>233</b>

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Categoria A			Categoria C			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2022	31/dez/22	90 447 928	10,9936	8 227 312	31 400 144	4,9298	6 369 515	121 848 072	14 596 827
	30/set/22	81 209 676	10,9598	7 409 765	34 274 409	4,9119	6 977 852	115 484 086	14 387 617
	30/jun/22	77 571 448	11,0219	7 037 942	35 188 987	4,9370	7 127 627	112 760 435	14 165 569
	31/mar/22	74 685 466	11,1436	6 702 103	35 681 868	4,9888	7 152 432	110 367 335	13 854 535
2021	31/dez/21	79 336 239	11,2090	7 077 896	37 282 041	5,0154	7 433 569	116 618 281	14 511 465
	30/set/21	86 016 779	11,2293	7 660 000	38 394 665	5,0217	7 645 772	124 411 445	15 305 772
	30/jun/21	89 523 859	11,2391	7 965 377	42 890 875	5,0233	8 538 404	132 414 734	16 503 781
	31/mar/21	86 931 144	11,2433	7 731 817	44 518 983	5,0224	8 864 080	131 450 127	16 595 897
2020	31/dez/20	94 170 082	11,2547	8 367 151	40 074 260	5,0248	7 975 277	134 244 342	16 342 427
	30/set/20	95 552 201	11,2335	8 505 979	40 830 744	5,0126	8 145 651	136 382 945	16 651 630
	30/jun/20	96 811 710	11,1872	8 653 805	36 960 464	4,9892	7 408 157	133 772 174	16 061 962
	31/mar/20	95 815 411	11,0521	8 669 437	21 547 306	4,9263	4 373 970	117 362 717	13 043 407

**Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período**

O volume de transações do exercício de 2022, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respectivos negócios é o seguinte:

Descrição	Compras (1)*		Vendas (2) *		Total (1) + (2)	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Divida Publica	30 331 655	-	11 774 654	-	42 106 309	-
Obrigacoes Diversas	76 230 205	-	21 814 670	1 301 425	98 044 875	1 301 425
TOTAL	106 561 860	-	33 589 324	1 301 425	140 151 184	1 301 425

\*Estes valores não incluem os custos de transação das respetivas operações

(a) Pelo preço de referência

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

Descrição	Valor		Comissões	
	Categoria A	Categoria C	Categoria A	Categoria C
Subscrições	29 979 813	7 431 800	-	-
Resgates	17 378 328	12 744 819	-	-

**Nota 3 – Carteira de Títulos**

Em 31 de dezembro de 2022 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
PORTB 0% 19/05/23	998 000	-	(4 430)	993 570	-	993 570
ESM 0 16/12/24	2 358 599	-	(91 559)	2 267 040	-	2 267 040
KFW 0.01 31/03/25	1 230 502	-	(9 880)	1 220 622	98	1 220 720
KFW 2.5 19/11/25	999 470	-	(8 250)	991 220	2 945	994 165
BUBILL 0 22/11/23	5 187 898	-	(5 399)	5 182 499	-	5 182 499
SGLT 0 % 04/14/23	1 241 551	1 436	-	1 242 987	-	1 242 987
SGLT 0 12/05/23	998 540	-	(5 950)	992 590	-	992 590
SGLT 0 08/09/23	1 276 355	1 142	-	1 277 497	-	1 277 497
BTPS 0,95 15/3/23	806 352	-	(8 176)	798 176	2 267	800 443
	15 097 266	2 578	(133 644)	14 966 200	5 311	14 971 511
01.01.03 - Obrigações diversas						
BRCORO 2% 22/3/23	614 826	-	(15 726)	599 100	9 370	608 470
GALPPL 1% 15/2/23	705 887	-	(7 427)	698 460	6 137	704 597
KFW 0.25% 15/09/25	1 130 244	-	(11 076)	1 119 168	888	1 120 056
VATFA Float 18/04/24	802 040	-	(256)	801 784	3 172	804 956
CMZB 1.25 23/10/23	1 652 320	-	(76 944)	1 575 376	3 836	1 579 212
DB 2,375% 11/01/23	506 750	-	(7 135)	499 615	11 550	511 165
CMZB Float 24/11/23	1 309 880	-	(1 625)	1 308 255	3 929	1 312 184
PBBGR 0.25 17/01/25	898 182	-	(88 002)	810 180	2 139	812 319
PBBGR 0,75% 07/02/23	1 910 183	-	(14 116)	1 896 067	12 805	1 908 872
SOCGEN 1,5% 30/05/25	1 163 280	1 152	-	1 164 432	10 652	1 175 084
KBCBB Float 23/02/25	699 650	231	-	699 881	1 871	701 752
UCGIM Float 30/06/23	602 490	-	(3 954)	598 536	48	598 584
NYKRE 0.875 17/01/24	817 600	-	(41 064)	776 536	6 693	783 229
NYKRE 0.25 20/01/23	1 484 567	3 963	-	1 488 530	3 555	1 502 085
LBPS 2,375% 15/01/24	995 510	-	(4 000)	991 510	22 839	1 014 349
RENAUL 1 17/05/23	199 480	-	(634)	198 846	1 255	200 101
SOCSF 0.25% 23/01/24	972 660	-	(3 300)	969 360	2 349	971 709
Renaul float 4/11/24	894 951	-	(9 684)	885 267	3 329	888 596
RENAUL Float 12/1/23	374 475	401	-	374 876	1 476	376 352
ACAFP 0.75 05/12/23	975 589	5 241	-	980 830	555	981 385
SOCGEN 1.25 15/02/24	1 237 956	-	(65 760)	1 172 196	13 151	1 185 347
RENAUL 0.75 10/04/23	1 511 935	-	(18 685)	1 493 250	8 199	1 501 449
BNP 0,50% 15/07/25	584 160	-	(13 506)	570 654	1 397	572 051
SOCSFH 3 28/10/25	998 760	-	(5 490)	993 270	5 342	998 612
PSABFR 0 22/01/25	1 329 314	-	(37 884)	1 291 430	-	1 291 430
AALLN 3.25 03/04/23	513 255	-	(12 760)	500 495	12 154	512 649
BMW 0 24/03/23	597 972	-	(828)	597 144	-	597 144
ENELIM 0 17/06/24	903 735	-	(45 819)	857 916	-	857 916
FCCSER0.815 04/12/23	815 880	-	(36 296)	779 584	500	780 084
CABKSM 0.375 03/2/25	1 174 008	-	(52 524)	1 121 484	4 093	1 125 577
FCABNK 0.25 28/02/23	1 596 226	-	(1 906)	1 594 320	3 364	1 597 684
VLVY 0% 11/02/23	1 294 648	3 103	-	1 297 751	-	1 297 751
SANTA Float 11/02/25	1 196 502	3 930	-	1 200 432	3 947	1 204 379
MS 1,875% 30/03/23	507 040	-	(7 505)	499 535	7 115	506 650
SCANI 0,125 13/02/23	499 655	-	(1 105)	498 550	551	499 101
BAER 0% 25/06/24	1 000 000	-	(55 740)	944 260	-	944 260
LANBNN 0.50 20/05/24	602 754	-	(51 684)	551 070	1 858	552 928
GS 3.375 27/03/25	1 041 870	-	(45 930)	995 940	25 890	1 021 830
WFC 1.338 04/05/25	1 706 154	-	(63 818)	1 642 336	15 081	1 657 417
VW 0,875 16/01/23	504 133	-	(3 928)	500 205	4 195	504 400
UBS 1% 21/03/25	898 698	-	(32 241)	866 457	7 052	873 509
EOANGR 0.375 20/4/23	447 602	-	(225)	447 377	1 184	448 560
FCAIM 3.375 07/07/23	643 171	-	(41 959)	601 212	9 875	611 087
VTRES 1.023 23/06/24	1 023 800	-	(67 350)	956 450	5 381	961 831
T 1.3 05/09/23	1 443 624	-	(58 044)	1 385 580	5 884	1 391 464
BATSLN .875 13/10/23	1 124 290	-	(44 233)	1 080 057	2 110	1 082 167
CAIXAB 1 1/2 10/5/23	1 632 155	-	(38 891)	1 593 264	15 518	1 608 782
FCABNK 0.50 18/09/23	1 096 480	-	(18 293)	1 078 187	1 582	1 079 769
KHC 2 30/06/23	358 575	-	(9 552)	349 023	3 548	352 571
FCABNK 0,12516/11/23	624 229	-	(20 835)	603 394	98	603 492
FCABNK 0 27/01/23	900 450	-	(2 070)	898 380	-	898 380
SANTA Float 01/29/26	1 187 580	1 128	-	1 188 708	4 722	1 193 430
GS Float 19/03/26	999 172	-	(7 172)	992 000	1 106	993 105
EDP 2.375% 27/11/23	2 559 150	-	(167 406)	2 391 744	5 466	2 397 210
GS Float 30/04/24	759 083	-	(9 045)	750 038	3 328	753 365
BAC Float 24/08/25	2 207 353	-	(16 175)	2 191 178	6 649	2 197 827
FCABNK Float 10/6/23	704 270	-	(3 640)	700 630	1 172	701 802
LEASYS 0 22/07/24	299 496	-	(16 956)	282 540	-	282 540
UCGIM 2 4/3/23	1 967 241	-	(67 887)	1 899 354	31 545	1 930 899
ISPIM Float 03/03/23	1 017 200	-	(15 750)	1 001 450	2 750	1 004 200
CS Float 01/09/23	501 050	-	(9 235)	491 815	1 285	493 100
NWVG 2.5% 22/03/23	509 940	-	(9 615)	500 325	9 760	510 085
HSBC Float 24/09/26	502 120	-	(6 885)	495 235	175	495 410
BPPEH 0,125 20/10/23	499 620	-	(21 890)	477 730	125	477 855
EMN 1,5% 26/05/23	808 199	-	(12 727)	795 472	7 233	802 705
CABKSM 4% 03/02/25	832 208	-	(23 544)	808 664	29 107	837 771
BBVA Float 03/12/23	1 109 801	-	(1 485)	1 108 316	2 452	1 110 768
HEIBOS Float 19/01/2	501 275	-	(25 290)	475 985	2 064	478 049
AMSSM Float 25/01/24	1 097 503	2 332	-	1 099 835	4 453	1 104 288
SANTAN 0.1 26/01/25	1 196 226	-	(36 714)	1 159 512	1 118	1 160 630
GS Float 07/02/25	807 280	-	(10 408)	796 872	3 339	800 211
C 0.75 26/10/23	1 172 544	9 120	-	1 181 664	1 652	1 183 316
EOAN 0,875% 08/01/25	199 760	-	(9 184)	190 576	1 333	191 909
BBVAS Float 26/11/25	1 010 340	-	(2 630)	1 007 710	2 908	1 010 618
MUFG 2.264% 14/06/25	700 000	-	(17 850)	682 150	8 684	690 834
MYL 2 1/4 11/22/24	812 440	-	(38 344)	774 096	1 973	776 068
SIEGR 2.25% 10/03/25	1 000 730	-	(20 010)	980 720	7 089	987 809
MUFG 3.273%19/09/25	600 000	-	(8 748)	591 252	5 488	596 740
MDT 2.625% 15/10/25	797 216	-	(16 624)	780 592	5 868	786 460
BNP 1.125 10/10/23	1 179 000	6 360	-	1 185 360	3 070	1 188 430
ADSGR 3% 21/11/25	899 109	-	(7 416)	891 693	3 033	894 726

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.01.03 - Obrigações diversas						
CS Float 16/01/26	498 260	-	(63 130)	435 130	2 510	437 640
VW 1,375% 20/01/25	998 760	-	(50 690)	948 070	13 034	961 104
ERFFP 2,125 25/07/24	528 450	-	(37 730)	490 720	4 658	495 378
CABK 1.125 12/1/23	1 624 865	-	(24 817)	1 600 048	17 458	1 617 506
SANT AN Floa 21/11/24	807 088	-	(6 512)	800 576	2 325	802 901
SOCGEN 0.5 13/1/23	599 580	126	-	599 706	2 901	602 607
BBVAS Float 01/12/23	1 002 300	200	-	1 002 500	2 285	1 004 785
SABSM 0 7/8 03/05/23	1 212 507	-	(15 855)	1 196 652	8 688	1 205 340
CABKSM 0.75 18/04/23	804 232	-	(8 088)	796 144	4 241	800 385
UCGIM 1 18/01/23	1 315 158	-	(15 808)	1 299 350	12 395	1 311 745
MUFG 0.68 26/01/23	500 250	-	(635)	499 615	3 167	502 782
SANUK Float 27/03/24	1 799 896	-	(40)	1 799 856	744	1 800 600
AIBGRP 1,5 29/3/23	505 550	-	(6 900)	498 650	5 712	504 362
VW 0,875% 12/04/23	600 510	-	(3 384)	597 126	3 797	600 923
ISPIM 1,75% 12/04/23	504 515	-	(5 600)	498 915	6 329	505 244
PSABFR 0.75 19/04/23	1 001 430	-	(6 720)	994 710	5 281	999 991
MO 1 15/02/23	1 725 143	-	(29 053)	1 696 090	14 904	1 710 994
BATSL 2,375 19/01/23	1 750 626	-	(51 153)	1 699 473	38 384	1 737 857
VW 1% 16/02/23	605 432	-	(6 542)	598 890	5 244	604 134
Telefo 3,98% 01/23	1 018 918	-	(17 918)	1 001 000	37 467	1 038 467
SYDBDC 1.375 18/9/23	881 457	-	(44 020)	837 437	3 362	840 799
INTNE Float 20/09/23	906 024	-	(1 992)	904 032	869	904 901
INTNED 1% 20/09/23	588 774	3 229	-	592 003	1 693	593 696
GS 3,25 01/02/23	618 900	-	(18 747)	600 153	17 844	617 997
JPM 2.75% 01/02/23	809 912	-	(9 248)	800 664	20 132	820 796
AT 2.5% 15/3/23	506 350	-	(6 400)	499 950	10 000	509 950
WFC 2.25 02/05/23	458 910	-	(8 442)	450 468	6 768	457 236
VW 1,875 31/01/24	1 045 280	-	(63 970)	981 310	17 209	998 519
IBM 0.375% 31/01/23	699 510	-	(406)	699 104	2 409	701 513
MDT 0.375% 07/03/23	698 474	-	(560)	697 914	2 158	700 072
NIBCAP 2 09/04/24	1 050 750	-	(77 180)	973 570	14 630	988 200
	104 634 310	40 516	(2 303 974)	102 370 852	715 058	103 085 910
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.03 - Obrigações diversas						
Somec/94	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>119 731 577</b>	<b>43 094</b>	<b>(2 437 618)</b>	<b>117 337 053</b>	<b>720 369</b>	<b>118 057 422</b>

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2021	Aumentos	Reduções	31-12-2022
Depósitos à ordem	10 389 349	141 159 660	147 703 511	3 845 498
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>10 389 349</b>	<b>141 159 660</b>	<b>147 703 511</b>	<b>3 845 498</b>

#### Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

##### a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

**Para valores mobiliários cotados**

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

**Para valores mobiliários não cotados**

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra



firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.

- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

#### **Valorização cambial**

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

#### **b) Valorização das Unidades de Participação**

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

#### **c) Contratos de “Futuros”**

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica

*Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022*

---

“Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

#### d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### Nota 5 – Componentes do Resultado do Fundo

Os componentes do resultado do Fundo (Rendimentos) são os seguintes:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimentos de títulos	Total
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Total	Juros vencidos	Juros corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	2 118 125	37 875	2 156 000	740 300	720 369	-	1 460 669
Outros Instrumentos de Capital	-	-	-	6 446	-	-	6 446
Depósitos	-	-	-	1 637	-	-	1 637
OPERAÇÕES "A PRAZO"							
Cotações	-	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2 118 125	37 875	2 156 000	748 384	720 369	0	1 468 753

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões suportadas		Total
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Total	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	3 896 869	1 084 727	4 981 596	269 250	-	269 250
Instr. Dívida c/ Prazo	-	-	-	2 220	-	2 220
Depósitos	-	-	-	1 612	-	1 612
Comissões						
De Gestão	-	-	-	268 671	-	268 671
De Depósito	-	-	-	39 838	-	39 838
De Carteira de Títulos	-	-	-	2 215	-	2 215
De Operações Extrapatrimoniais	-	-	-	64	-	64
Taxa de Supervisão	-	-	-	17 539	-	17 539
Outras Comissões	-	-	-	29 171	-	29 171
TOTAL	3 896 869	1 084 727	4 981 596	630 580	0	630 580

#### Nota 9 – Impostos

Em 13 de janeiro de 2015 foi aprovado o Decreto-Lei nº 7/2015, que procedeu à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo alterando: a) O Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho e b) Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei nº 150/99, de 11 de setembro. Esta alteração foi objeto de emissão de uma circular (Circular 6/2015) emitida pela Autoridade Tributária em 17 de junho.

Neste domínio, passa a aplicar-se, como regra, o método de tributação “à saída”, com a tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos rendimentos auferidos pelos investidores em oposição ao regime anterior que se caracterizava pela tributação dos rendimentos e mais-valias na esfera do Fundo, aplicando-se a isenção no resgate.

O Decreto-Lei nº 7/2015 veio ainda criar uma nova verba na Tabela Geral do Imposto de Selo, visando a tributação do valor líquido global dos Organismos de Investimento Coletivo.

Este diploma, com efeito a partir de 1 de julho de 2015, estabeleceu no entanto um período transitório segundo o qual, e com referência a 30 de junho de 2015, determinou que fossem apurados os montantes de imposto que se mostrassem devidos, nos termos da redação do artigo 22º do EBF em vigor até à data da produção de efeitos deste diploma, relativamente aos rendimentos por si auferidos e que não sejam imputáveis, a período ou períodos posteriores a 30 de junho de 2015.

À data de 31 de dezembro de 2022 o imposto suportado pelo Fundo tem a seguinte decomposição:

Descritivo	31-12-2022	31-12-2021
Impostos pagos em Portugal	70 746	77 672
Impostos sobre rendimento de capital		
Mais Valias	-	-
Dividendos	-	-
Juros	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
Impostos Indiretos		
Imposto de Selo	70 746	77 672
Outros Impostos	-	-
Impostos pagos no estrangeiro	0	0
Impostos sobre rendimentos de capital		
Dividendos	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
TOTAL	70 746	77 672

## Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de dezembro de 2022 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	61 833 549	-	-	-	-	61 833 549
de 1 a 3 anos	33 050 069	-	-	-	-	33 050 069
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

## Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de dezembro de 2022:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	121 848 072	116 618 281
Carteira com derivados	121 848 072	116 618 281
	0,00%	0,00%

## Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 31 de dezembro de 2022 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria C	
	Valor	%VLGF <sup>(1)</sup>	Valor	%VLGF <sup>(1)</sup>
Comissão de Gestão Fixa	246 951	0,31%	32 466	0,09%
Comissão de Depósito	28 797	0,04%	12 635	0,04%
Taxa de Supervisão	12 190	0,02%	5 349	0,02%
Custos de Auditoria	1 619	0,00%	710	0,00%
Encargos outros OIC	-	-	-	-
Outros Custos Correntes	60 926	0,08%	26 733	0,08%
TOTAL	350 482		77 894	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0,44%		0,22%

<sup>(1)</sup> Valor médio relativo ao período de referência

## Nota 16 – Comparabilidade das demonstrações financeiras

Em 7 de maio de 2021 foi efetuada a fusão por incorporação do Popular Obrigações Curto Prazo-Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações no Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Obrigações Curto Prazo pelo que as demonstrações comparativas de 31 de dezembro de 2021 não são comparáveis.

## Nota 17 – Factos relevantes

### 1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções impostas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos 12 meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 425 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu eliminou a sua política de juro negativo com uma subida de 250 pontos base.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se no pior ano de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. No decorrer de 2022 o pico de inflação nos EUA e Europa parecem ter sido alcançados, no entanto, a resiliência dos mercados laborais continua a traduzir-se numa retórica restritiva por parte dos Bancos Centrais, receosos de uma segunda vaga de subida de preços, o que deverá manter a aversão ao risco na primeira metade de 2023.

## **2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022**

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

## **3) Reconsideração da Continuidade**

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.